

A TRAJETÓRIA POLÍTICA-ELEITORAL E AS QUERELAS DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE (PSA) (1933-1937)

LA TRAYECTORIA POLÍTICO-ELECTORAL Y LAS RENCILLAS DEL PARTIDO SOCIALISTA AMAZÓNICO (PSA) (1933-1937)



DAVI MONTEIRO ABREU⁹³

Resumo

Em 1933, surgiu no estado do Amazonas o Partido Socialista Amazonense (PSA), fruto das tratativas dos interventores ligados ao tenentismo e que almejavam fundar um partido nacional para coordenar os rumos da “revolução de 1930”. Esse partido aglutinou importantes lideranças amazonenses, entre elas: Álvaro Botelho Maia e Leopoldo Tavares da Cunha Mello. O PSA assumiu um importante papel na política amazonense, pois disputou todas as eleições do período, atingindo resultados satisfatórios que lhe renderam grande prestígio. No entanto, sua coordenação não se deu sem atritos, contradições e derrotas. É nesse bojo que este artigo tem por objetivo: abordar a trajetória política-eleitoral e as querelas do Partido Socialista Amazonense (PSA) entre os anos de 1933 a 1937. Para isso recorreremos aos periódicos que circulavam à época, tais quais: Jornal do Comércio, Tribuna Popular, O Socialista, O Jornal e A Tarde.

Palavras-chave: Partido Socialista Amazonense; Álvaro Maia; Era Vargas.

Resumen

En 1933 surgió en el estado de Amazonas el Partido Socialista Amazónico (PSA), resultado de negociaciones de interventores vinculados al tenentismo y que pretendían fundar un partido nacional para coordinar la dirección de la “revolución de 1930”. Este partido reunió a importantes líderes amazónicos, entre ellos: Álvaro Botelho Maia y Leopoldo Tavares da Cunha Mello. El PSA asumió un papel importante en la política amazónica, ya que disputó todas las elecciones del período, logrando resultados satisfactorios que le otorgaron un gran prestigio. Sin embargo, su coordinación no estuvo exenta de fricciones, contradicciones y derrotas. Es en ese contexto que el presente artículo pretende: abordar la trayectoria político-electoral y las querellas del Partido Socialista Amazónico (PSA) entre los años 1933 y 1937. Para eso recurrimos a los periódicos que circulaban en la época, como: Jornal do Comércio, Tribuna Popular, O Socialista, O Jornal y A Tarde.

Keywords: Partido Socialista Amazónico; Álvaro Maia; Era Vargas.

⁹³ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). E-mail: davi.onlyone@gmail.com.



Introdução

Para Serge Berstein (2003, p. 60), “aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política”. Um partido político é criado para dar uma resposta às angústias ou para propor algo novo à sociedade. No entanto, entre o programa e as ocasiões que mobilizam seu surgimento há uma grande distância, porque “passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas”. É nesse território, entre o problema e o discurso, que o partido se situa enquanto mediador e tradutor político. Ele media e traduz a linguagem do partido e as aspirações da população. Portanto, para Berstein, “é precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso” (Berstein, 2003, p. 60- 61).

Neste artigo abordaremos uma agremiação de suma importância para compreensão da história política do Amazonas da década de 1930: o Partido Socialista Amazonense (PSA). Apesar de termo “socialista”, ele não se configurava um partido de matriz ou influência marxista, tampouco marxista-leninista, ao contrário, perceberemos adiante que se tratava de uma agremiação que aglutinou nomes das classes médias e abastadas do estado do Amazonas. Para Vamireh Chacon (1985, p. 124), seus membros definiam ‘socialismo’ de forma ampla e vaga, “o interesse da coletividade sobreposto aos interesses do indivíduo; todo poder emanado da vontade dos cidadãos, encarados, sem distinção de qualquer espécie [...]”. Dulce Pandolfi (1980, p. 364) diz tratar-se de um “socialismo democrático”. E segundo seus próprios aderentes: “Aos que, por má fé ou ignorância, nos acusam de ser ora fascistas, ora comunistas, respondemos que não somos nem uma coisa nem outra” (Chacon, 1985, p. 124).

Ao trazer o PSA para debate, temos como objetivo abordar a trajetória política-eleitoral e as querelas deste partido entre os anos de 1933 e 1937, período que essa agremiação obteve grande prestígio junto ao eleitorado amazonense. Assim, buscamos problematizar as seguintes questões: quais circunstâncias levaram à criação do PSA? Quem eram suas principais lideranças? Qual seu desempenho eleitoral? Qual sua inserção na sociedade? Quais eram seus rivais eleitorais? Quais suas querelas internas e externas? Como se comportou frente às conjunturas políticas do período? Para responder tais problemáticas recorreremos aos periódicos que circulavam à época.

Nesse sentido, para Maria Helena Rolim Capelato (1988),

a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesse e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-la como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (Capelato, 1988, p. 21).



Os jornais aqui trabalhados eram periódicos comerciais, noticiosos (Jornal do Comércio, A Tarde, O Jornal) e órgãos de partidos políticos (Tribuna Popular e O Socialista), embora essa divisão não seja tão rígida. Eram jornais de grande ou média tiragem e circulação, retratavam os embates políticos partidários e se envolviam nessas lutas. Uns mais abertamente, como os jornais partidários, outros de forma mais camuflada, mas também com demasiados interesses. Dessa forma, Capelato (1988, p. 21) nos diz que “a análise desse documento exige que o historiador estabeleça um constante diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época”. É como buscaremos encaminhar, na medida do possível, este debate.

Prólogo

O PSA surge numa importante conjuntura política, os primeiros anos após a “revolução de 1930”. Nesse período, teve início no estado do Amazonas um processo de reorganização das frações políticas da classe dominante local. Momento em que Getúlio Dorneles Vargas iniciava o Governo Provisório, a Constituição de 1891 havia sido revogada e, nos estados, os mandantes eram interventores escolhidos por Vargas.

Ângela de Castro Gomes (1980a, p. 26) nos lembra que a Aliança Liberal uniu sob sua bandeira grupos distintos (tenentes e oligarquias dissidentes) e as diferenças entre eles ficaram mais evidentes após a vitória revolucionária, em especial, durante o Governo Provisório.

Nesse sentido, o cenário pós-revolucionário foi de grande prestígio para os tenentes. Com poderoso recurso político, passaram a investir numa ofensiva se organizando em torno do Clube Três de Outubro, fundando ligas revolucionárias, na tentativa de arregimentar suas bases organizacionais. Já as oligarquias dissidentes passam à ofensiva, buscando a constitucionalização do país.

Neste ínterim, a região Norte do país – que, à época, compreendia o Norte e o Nordeste – recebeu atenção especial por parte dos tenentistas, pois, nessa região estava a base de sustentação do Governo Provisório. Dessa forma, Juarez Távora⁹⁴ foi designado

⁹⁴ Juarez Távora participou das movimentações tenentistas desde 1922. Em 1930, compôs a Aliança Liberal, mas com a derrota na eleição, assumiu o comando da revolução no Norte do país. No Governo Provisório, continuou articulando politicamente os rumos do tenentismo, em especial, na região Norte, onde eram mais fortes e apoiavam vigorosamente o governo, defendendo a continuidade do Governo Provisório e a não



em 1930 para dirigir a Delegacia do Norte, criada em 12 de dezembro de 1930, via decreto, cujo objetivo principal era alinhar o Norte à “revolução”. O líder tenentista, por meio da Delegacia do Norte, ganhou poderes para propor demissões, nomeações, transferências e qualquer ato que contribuísse para a solidificação da “revolução” no Norte (Pandolfi, 1980, p. 347).

No final de 1931, a Delegacia do Norte foi extinta, mas conseguiu seu objetivo. No início do mesmo ano, foi formado o Bloco Norte encabeçado pelo interventor de Pernambuco Lima Cavalcânti. O Bloco Norte não tinha caráter institucional, era formado pelos “revolucionários do Norte”, que almejavam defender os interesses da região frente ao poder central; além disso, uma das propostas do Bloco era a oposição à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pois, segundo seus membros, uma constituinte faria o país retornar ao antigo regime derrubado na “revolução de 1930”.

As oligarquias dissidentes, por sua vez, também reestruturaram suas organizações com objetivo de pressionar o Governo Provisório a convocar a Assembleia Nacional Constituinte. As duas entidades mais importantes foram a Frente Única Gaúcha (1931) e a Frente Única Paulista (1932). Dessa forma, se, por um lado, apostava-se na centralização do poder e na continuação do Governo Provisório, por outro, apostava-se no federalismo, na constitucionalização do país. Essas divergências e rompimentos dentro do Governo Provisório levaram a sua contestação e a uma ampla campanha pela constitucionalização do país, levada às últimas consequências na “revolução constitucionalista” de 1932. Esse movimento, apesar de não ter vencido militarmente, obteve uma expressiva vitória política, pois, a partir do fim das batalhas em São Paulo, passou-se a acelerar o processo de constitucionalização.

Neste bojo, foi decretado o Código Eleitoral (de fevereiro de 1932), que previa eleição para Constituinte Federal a ser realizada em 1933. A partir de então, Juarez Távora e outras lideranças tenentistas iniciaram debates sobre a construção de um partido de nível nacional para a eleição da constituinte.

Em 1932, realizam o Congresso Revolucionário, que depois de debates acalorados, encaminharam as seguintes propostas: a constituição de forma republicana e

convocação da constituinte. Nesse período, Juarez Távora assumiu o comando da Delegacia do Norte, que tinha por objetivo alinhar os estados nortistas dentro do programa revolucionário. Juarez Távora também participou do Bloco Norte que visava contrapor-se às tentativas de constitucionalização do país. Por fim, já convocada a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), fundou junto aos interventores do norte do país a União Cívica Nacional (UCN), que buscava futuramente se transformar em um partido de nível nacional.



federativa da União soberana, sistema representativo e regime parlamentar nos moldes da tese defendida pelo Clube 3 de Outubro; eleição indireta do presidente da República pelos congressos Federal e Estaduais, sendo voto direto apenas para as Câmaras Municipais; bicameralidade do Poder Legislativo, composto por uma Câmara Política e uma Câmara Sindical, que seria composta de 2/5 de representação proletária, 2/5 de representação patronal e 1/5 de representação profissional liberal. Ao término do congresso, foi aprovada a formação do Partido Socialista Brasileiro, que deveria defender na Assembleia Nacional Constituinte as teses aprovadas nesse congresso (Pandolfi, 1980, p. 364).

Apesar dos debates e aprovação de um partido de nível nacional, o Partido Socialista Brasileiro não conseguiu se impor nacionalmente e os tenentistas tiveram que repensar suas estratégias. A tática adotada foi: cada interventor deveria concentrar todos os esforços na criação de uma organização partidária em nível estadual. Em fevereiro de 1933, os líderes tenentistas realizaram uma reunião na qual foi acertado o “Acordo Revolucionário”, cujo compromisso era lançar bases para um partido nacional que congregasse os partidos já existentes. No dia 18 do mesmo mês, foi lançada uma coligação de diversas correntes revolucionárias que seria o primeiro passo para o partido nacional: União Cívica Nacional (UCN).

Disputas locais

A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para maio de 1933. Com a eleição já marcada, as forças políticas no Amazonas começaram a se organizar para o pleito vindouro. Nesse ínterim, surgiram novos partidos⁹⁵, entre eles, os mais importantes foram: o Partido Socialista Amazonense (PSA) e o Partido Trabalhista Amazonense (PTA). À frente destes se apresentavam importantes lideranças. Pelo PSA,

⁹⁵ Alguns partidos que disputavam a cena política amazonense desde os anos 1920 perderam forças frente à nova conjuntura. Entre esses partidos podemos citar: Partido Republicano Amazonense (PRA); União Republicana Amazonense (URA); Partido Republicano Liberal (PRL).



Álvaro Botelho Maia⁹⁶ e Leopoldo Tavares Cunha Mello⁹⁷; e pelo PTA, Luiz Tirelli⁹⁸.

O PSA foi registrado no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no dia 5 de abril de 1933. O partido contou com o empenho do Capitão-tenente Rogério Coimbra, interventor do Amazonas à época, e de lideranças do núcleo do Clube 3 de Outubro. O partido foi fruto do “Acordo Revolucionário”, acerto entre lideranças do Governo Provisório, partidos e interventores (Costa, 2001, p. 131).

Com o “Acordo Revolucionário” firmado e com ele o compromisso de defender um programa nacional amplo, e de reservar aos partidos medidas que combinassem com a especificidade de cada estado, surgiu a União Cívica Nacional (UCN). A UCN tinha como objetivo coordenar, disciplinar as forças revolucionárias e congregar as correntes estaduais fiéis ao Governo Provisório (Costa, 2001, p. 132).

No Amazonas, antes da eleição para a ANC, surgiu a União Cívica Amazonense (UCA), representante da UCN. Sob ela se filiou o PSA. O ex-interventor amazonense, Álvaro Maia, teve importante papel em sua organização. Para a eleição para a ANC, a UCN conseguiu o apoio da junta estadual da Liga Eleitoral Católica (LEC), tendo se comprometido a defender a pauta católica na Constituinte (Costa, 2001, p. 133). Essa coligação conseguiu eleger, em 1933, três representantes para Constituinte: Leopoldo

⁹⁶ Chegou em Manaus ainda criança, cursou o primário e o secundário do Ginásio Amazonense Dom Pedro II. Bacharelou-se em Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Álvaro Botelho Maia teve uma intensa vida intelectual e política. Foi Interventor Federal, nomeado por Vargas, em fins de 1930; Deputado federal (1933-1935); Governador eleito do Amazonas (1935-1937); Interventor nomeado (1937-1945); Senador (1946-1951); Governador eleito (1951-1954) e; Senador (1967-1969) (Bittencourt, 1969, p. 65-66).

⁹⁷ Leopoldo Tavares da Cunha Mello era natural de Pernambuco, filho do desembargador José Tavares da Cunha Mello e de Maria da Conceição Gusmão Tavares. Nasceu dia 10 de dezembro e morreu dia 18 de janeiro de 1962. Formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, mudou-se para o Amazonas para seguir a carreira de seu pai. Exerceu as funções de juiz municipal (comarcas de Floriano Peixoto, Coari e Tefé - Amazonas). Foi primeiro-suplente de auditor da Justiça Militar (Pará), promotor público do 1º Distrito de Manaus. Em 1912, abriu um escritório na capital amazonense, onde exerceu a advocacia até 1927. Foi também professor de Direito penal militar da Faculdade de Direito de Manaus e diretor do jornal *O Dia*. Politicamente, foi eleito em 1933 para a Constituinte Federal, em 1934 foi eleito deputado federal, sendo em 1935, eleito pela Assembleia Constituinte Estadual para ocupar a vaga de Senador. Com o Advento do Estado Novo, Cunha Mello foi nomeado procurador-geral junto ao Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-leopoldo-tavares-da-cunha>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁹⁸ Partidário da Aliança Liberal (1929-1930) participou da Revolução de 1930, em Natal (Rio Grande do Norte), como oficial do 29º Batalhão de Caçadores, comandando a Escola de Aprendizes Marinheiros, por delegação do capitão Juarez Távora. Filiou-se, posteriormente no Pará, ao Clube 3 de Outubro. No ano de 1932 participou como assistente da flotilha do Amazonas na repressão a movimentos de apoio à Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo em julho desse mesmo ano. Em 1933 filiou-se ao Partido Trabalhista Amazonense, elegendo-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas, integrada também pelo Partido Liberal do Amazonas e pelo Partido Republicano do Amazonas. Elegeu-se, em setembro de 1935, deputado federal pelo Partido Popular do Amazonas (PPA). Exerceu o mandato até novembro de 1937 quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos os órgãos legislativos do país. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tirelli-luis>. Acesso em: 30 jun. 2023.



Tavares da Cunha Mello, Álvaro Botelho Maia e Alfredo Augusto da Mata.

O PTA, por sua vez, foi criado com a preocupação de ligar as lideranças do partido com os trabalhadores, por isso a escolha do termo “trabalhista”, além disto, o termo foi apropriado pela conjuntura política e pela criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). A pauta do partido, portanto, passou a ser construída pelas adversidades encaradas pelos trabalhadores, tentando arregimentá-los como base para a eleição de 1933 (Pio Junior, 2015, p. 52).

Na eleição para a Constituinte Federal de 1933, o PTA coligou com o Partido Liberal do Amazonas (PLA) e com o Partido Republicano do Amazonas (PRA). Fruto desta, nasceu a “Aliança Trabalhista-Liberal do Amazonas” e, assim, constituiu-se a chapa composta por Leopoldo Néri da Fonseca (PRA), Alfredo Augusto Ribeiro Júnior (PLA) e Luiz Tirelli (PTA). Por essa coligação elegeu-se apenas Luiz Tirelli, ficando Ribeiro Júnior na primeira suplência.

Durante os debates da Constituinte Nacional, os deputados constituintes elegeram – de forma indireta – Getúlio Vargas para presidir o país, este, desde 1930 ocupava o cargo provisoriamente. Vargas soube articular sua base de apoio e obteve 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros, 4 do General Góis Monteiro e 9 distribuídos entre outros candidatos (Pandolfi, 2017, p. 28).

Ao fim da Assembleia Nacional Constituinte, iniciou o período para eleição da Constituinte Estadual, na qual elegeriam deputados estaduais e federais. Os deputados estaduais, posteriormente, teriam que eleger um governador e dois senadores de forma indireta. Essa eleição levou a uma rearticulação dos partidos, portanto, as coligações foram desfeitas e alguns partidos cindiram-se. Amaury Oliveira Pio Júnior (2016, p. 65) defende que, nas rearticulações políticas de 1934, “incorreram desde aspectos nacionais, como a desarticulação da UCN, passando, em nível regional, pela preparação para a formação da Assembleia Constituinte Estadual, além do aumento da busca de novos filiados”.

O PTA, frente à nova conjuntura, buscou maior alinhamento com o governo Vargas, desfez as alianças com o PLA, com o PRA e passou a receber apoio da União Operária Amazonense.

O Partido Republicano do Amazonas (PRA) sofreu uma cisão que culminou na criação do Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA). A União Cívica Amazonense (UCA) se desarticulou ao fim da Constituinte Federal. O PSA, então, coligou com o PRRA, com o Clube 03 de Outubro e a Liga Eleitoral Católica, formando



a coligação “Pelo Amazonas Redimido” (Pio Junior, 2015, p. 64).

Em 1934, os candidatos disputaram 30 vagas para deputados estaduais e 4 vagas para deputados federais. O resultado das eleições deu uma grande vitória à coligação encabeçada pelo PSA, pois este conseguiu 3 vagas para deputados federais, elegendo: Álvaro Maia, Alfredo da Matta e Leopoldo Tavares da Cunha Mello. A quarta vaga ficou com Augusto Ribeiro Júnior (PRRA) da mesma coligação. Para a Assembleia Estadual Constituinte, a coligação liderada pelo PSA elegeu 24 deputados⁹⁹. O PTA elegeu apenas 4 deputados estaduais.

Segundo Pio Junior (2015, p. 66), “dentre suas primeiras tarefas, as Assembleias Estaduais deveriam promover a escolha de um governador com caráter temporário, até a promulgação da Constituição”. Participaram desse processo: o PSA, PRRA, PTA e PR. Com a abertura da Assembleia Constituinte Estadual, as alianças foram desfeitas.

Por fim, a Assembleia elegeu, no dia 4 de fevereiro de 1935, por 28 dos 30 votos, Álvaro Botelho Maia como Governador Constitucional para o quadriênio 1935-1939 e também deputados federais eleitos pelo PSA, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta, para o mandato de senadores (Costa, 2001, p. 187).

Querelas, dissidência e anticomunismo

Logo após a promulgação da Constituição Estadual de 2 de junho de 1935, uma importante aliança foi selada. O PTA se unificou com uma corrente denominada “Socialistas Radicais” (do PSA) e formaram o Partido Popular Amazonense (PPA). De um lado, o PPA agregava simpatizantes e eleitores dos círculos operários e, por outro, agregava intelectuais, católicos e parte da camada conservadora do Estado.

A junção se deu a partir de um acerto entre suas principais lideranças, Álvaro Maia e Luiz Tirelli. Segundo Pio Junior (2015, p. 68), “a Assembleia Constituinte [...] ao longo

⁹⁹ Eleitos pelo PSA em coligação com PRRA, sob a legenda “Amazonas redimido”: Alfredo de Lima Castro; Antovilla Rodrigues Moura Vieira; Ariolino Aguiar Azevedo; Armando Madeira; Benjamin Constant da Costa Ferreira; Carlos Augusto Machado; Felix Valois Coelho; Gentil da Costa Ferreira; João de Paula Gonçalves; João Nogueira da Matta; Júlio César de Lima; Leopoldo Amorim da Silva Neves; Philadelpho Floriano de Moraes; Ruy Barreto; Tito de Lemos Bittencourt. Eleitos apenas pelas legendas “Amazonas Redimido” e “Tudo pelo Amazonas”: Ary Tapajós Cahn; Cosme Ferreira Filho; João Baptista Verçosa; José Nunes de Lima; Manoel Monteiro da Silva; Manoel Severiano Nunes; Maria Miranda Leão; Moacyr de Gouveia Dantas Cavalcante. Eleito pelas legendas “Amazonas Redimido” e “Amazonas”: Annanias Celestino de Almeida. Eleitos pelo PTA: Antonio de Vasconcellos; Felismino Francisco Soares; Vivaldo Palma Lima. Eleito pelo PTA e pelo PLA, sob a legenda “Tudo pelo Amazonas”: Raymundo Chaves Ribeiro. Eleito pelo PRA: Aristides Rocha. Eleito pelo PRA, sob a legenda “Tudo pelo Amazonas”: Leopoldo Carpinteiro Peres.



de suas atividades, tornou-se um espaço no qual percebemos a proximidade entre estes líderes, assim como o próprio afastamento de Maia, do grupo interno do PSA, formado por Leopoldo Tavares Cunha Melo”.

Essa união gerou certo estranhamento por parte do eleitorado, assim como, membros do PSA se sentiram traídos com a saída de uma figura do porte de Álvaro Maia e, junto dele, uma importante corrente política. Isso gerou uma longa disputa entre o PSA e o novo partido. Tal conflito teve como resultado a acusação de “comunista” dirigida à Álvaro Maia e o pedido de nulidade da chapa do PPA ao Supremo Tribunal Eleitoral (como veremos no próximo item).

Entre as lideranças do PTA, a fusão partidária não ocorreu sem problemas. Verificamos que após a junção, alguns de seus fundadores se retiraram para fundar o núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁰⁰ no Amazonas. Entre as lideranças do PSA, ao que tudo indica, a saída de Álvaro Maia se deu por divergências e disputas de poder entre ele e o senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello. Por meio das fontes, é possível observar que as divergências entre os dois teve seu ponto culminante quando o governador retirou do posto de prefeito de Manaus o aliado do senador Cunha Mello, o senhor Lima Castro. Nesse mesmo período, o governador retirou da presidência da Assembleia Legislativa do Amazonas um aliado do deputado Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, o deputado Júlio Lima (Tribuna Popular¹⁰¹, Manaus, 8 jul. 1935).

Em julho de 1935, com o Partido Popular Amazonense em pleno funcionamento

¹⁰⁰ A Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu no cenário político como antagonista intransigente da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ela foi uma organização articulada a partir de adesões de pessoas de variadas vertentes ideológicas e classes sociais. Surgiu em 30 de março de 1935, como fruto da aglutinação de liberais, socialistas, sindicalistas, intelectuais, entre outros. Defendia em seu programa: (1º) governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro; (2º) gozo das mais amplas liberdades populares; (3º) suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas; (4º) nacionalização imediata de todas as empresas imperialista; (5º) proteção dos pequenos e médios empresários e lavradores, com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam. Cf. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intencional”**: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no Estado do Amazonas (1935-1937). 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

¹⁰¹ O periódico Tribuna Popular foi criado ano de 1933 com objetivo de propagar as ideias do Partido Trabalhista Amazonense (PTA), mas, em 1935, quando o PTA se fundiu com a corrente Radical Socialista do Partido Socialista Amazonense (PSA), dando origem ao Partido Popular Amazonense (PPA), o periódico passou a propagar os ideais deste. O Tribuna Popular tinha uma tiragem semanal e intitulava-se “órgão de divulgação do Partido trabalhista Amazonense” e, logo depois, passou a se denominar “órgão de divulgação do Partido Popular Amazonense”. Os editores do jornal foram: o deputado estadual Vivaldo de Palma Lima (redator-chefe), o deputado estadual Antônio de Vasconcellos (diretor político) e o vereador de Manaus Oscar Costa Rayol (redator-secretário). Cf. PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015.



e com a ANL fundada, chegou à cidade de Manaus uma caravana da direção nacional da ANL, no dia 16 de julho de 1935, cinco dias depois de o governo federal ter baixado o decreto 229, que fechava por seis meses as sedes dessa entidade. A caravana havia sido proibida de desembarcar em Belém, tendo seguido assim, para Manaus e aqui foi recebida pelo chefe de polícia, Ricardo Amorim.

Os membros da caravana se comprometeram em não realizar os comícios que estavam marcados, mas realizaram duas reuniões na sede do Centro Proletário Amazonense (CPA). O mais interessante dessa passagem da caravana da ANL, além das reuniões e adesões que ela obteve, foi a repercussão negativa e a rusga que gerou no governo estadual. Os aliancistas chegaram a Manaus sem qualquer recurso financeiro, sem mesmo a passagem para regressar ao Rio de Janeiro. O chefe de polícia, então, concedeu aos caravaneiros as passagens de regresso (Jornal do Commercio¹⁰², Manaus, 23 jul. 1935). A princípio, a atitude do chefe de polícia visava apenas manter a ordem, no entanto, tornou-se um argumento precioso para aqueles que queriam atacar a popularidade do governador.

Neste bojo, no final do mês de julho, foi recorrente ler na Tribuna Popular defesas ao governador. As defesas foram necessárias, pois no Rio de Janeiro, o senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello estava acusando-o de “comunista”. Segundo Motta:

A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunista, foi uma das manifestações mais comuns da industrialização do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram recorrentes notadamente nos anos de 1930 [...] Inúmeros homens públicos foram acusados de envolvimento com o Partido Comunista por desafetos que, numa época de caça às ‘bruxas’, pretendiam jogá-los às ‘feras’ (Motta, 2002, p. 163).

A citação a seguir foi publicada pelo jornal A Platéia, no dia 29 de julho de 1935, e reproduzido pelo jornal Tribuna Popular:

Accusado de “extremistas” o governador do Amazonas
Segundo o senador Cunha, o governo amazonense protege o movimento nacional-libertador Rio 27, pelo correio (<A Platéia>) [...]
Damnado da vida, senador Cunha Mello anda agora diffamando o governo do Amazonas pelos jornaes, e ainda hoje o denunciou ápolícia como <extremista>, porque o chefe do Estado amazonense não perseguiu a caravana da A.N.L. que esteve em Manáos.

¹⁰² O Jornal do commercio foi lançado no dia 2 de janeiro de 1904, seu proprietário, fundador e diretor foi o português Joaquim Rocha dos Santos. O foco do jornal era a questão comercial e seu surgimento deu-se para suprir a falta de um jornal na cidade que defendesse os interesses comerciais da região (Ribeiro, 2014, p. 27). Na década de 1930, o diretor e proprietário do jornal era Vicente Reis, o jornal possuía 4 páginas, sua redação e oficinas localizavam-se na avenida Eduardo Ribeiro, nº 92, e era vendido a 200\$ réis. Cf. RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.



De facto, tres deputados amazonenses¹⁰³, sympathicos ao governador, mostraram-se sympathicos ao movimento nacional-libertador, e o chefe de policia do Estado compareceu ao embarque do commandante Sisson para o Rio. Mas, concluir dahi que o governador Alvaro Maia seja <extremista> parece-nos exagero (Tribuna Popular, Manaus, 12 ago. 1935).¹⁰⁴

É interessante mencionar que a palavra “extremismo”, neste contexto, tem a mesma conotação da palavra “comunismo”. No Dicionário de Política, Silvano Belligni (1986) afirma que o “extremismo” se dá na história política moderna e contemporânea e que incentiva a criação de diversos movimentos sociais e políticos, em especial, em momentos de grande mobilização social e transformações na estrutura das sociedades. O autor também afirma que existem duas formas de Extremismo: um extremismo de esquerda e um extremismo de direita. O Extremismo de direita se concretiza historicamente no “surgir de movimentos e partidos portadores de uma práxis eversiva e violenta, que rejeitam os vínculos formais da transformação do conflito em controvérsia, próprios da tradição parlamentar”. Já o Extremismo de esquerda tem origem nas classes sociais que “jamais foram possuidoras”, ou seja, na classe operária. Para o autor, “a síndrome extremista encontra neste caso a sua máxima expressão política nos movimentos e partidos comunistas” (Belligni, 1986, p. 458).

No mês de julho, quando iniciaram as querelas entre Maia e Cunha Mello, o Chefe de Polícia da capital federal, Felinto Muller, concedeu uma entrevista ao Jornal Correio da Manhã, reproduzida pelo Jornal do Commercio, na qual ele afirmava que:

O communismo, dada a situação da Rússia, apertada entre a Alemanha e o Japão, entendeu desdobrar as suas actividades máximas na Europa e desloca-se agora para a America do Sul, visando ao Brasil. A policia, acompanhando as actividades d'elle, obteve de segura fonte as informações das próprias directivas do comité central do Partido Communistas do Brasil. Numa dessas directivas vem delineado o plano de assalto ao Brasil. Mas não podendo agir livremente, achou prudente, como mascarar para a sua acção, uma doutrina para apparentar. E assim foi organizada a Alliança Libertadora sob a chefia geral do capitão Luiz Carlos Prestes. Nada mais. Com a pelle de cordeiro foi vestido o Partido Communista de modo que pudesse agir livremente. Os fundos são fornecidos do estrangeiro (Jornal do Commercio, Manaus, 14 jul. 1935).

Neste sentido, as ações da ANL eram vistas como um extremismo de esquerda, ou seja, como comunismo, porque para Felinto Muller e para os opositores da ANL, ela era o PCB disfarçado, para que pudesse agir livremente. Assim, é relevante mostrar também que essa associação entre “extremismo” e “comunismo” foi percebida pelos

¹⁰³ Luiz Tirelli, Antônio Vasconcelos e Felisminio Soares.

¹⁰⁴ Neste artigo, optamos por citar a fonte com a escrita original, com as normas gramaticais e ortográficas vigentes à época (incluindo os erros).



defensores de Álvaro Maia. Numa dessas defesas veiculadas na Tribuna Popular, um político que não teve seu nome mencionado afirmou que:

O governador do Amazonas é caboclo. Age, sem dizer por que. No entanto, é fácil saber o que teria levado á liberalidade do pagamento das passagens. Era preferível ao Estado sofrer esse prejuizo relativamente pequeno, a que os caravaneiros se demorassem em Manaos, propagando suas ideias malsãs. Fazendo como fez, o governador glebario evitou que a arvore daminha do comunismo viesse a medrar no ubérrimo solo amazonense (Tribuna Popular, Manaus, 12 ago. 1935).

Em outro texto veiculado no mesmo jornal, o autor, que mais uma vez não assinou, afirmou que:

O leviano político está querendo fazer acreditar lá fora que todos os habitantes do Amazonas, exceptuando os seus afeiçoados, são communistas. O sr. Cunha Mello está fazendo decidida campanha contra os amazonenses e contra o amazonas, subordinando os interesses da collectividade aos seus condemnados propósitos políticos. Não somos communistas, e no Estado não houve nunca a menor manifestação de idéas extremistas (Tribuna Popular, Manaus, 5 ago. 1935).

As referidas acusações e defesas ao governador ganharam as páginas do Tribuna Popular durante o fim do mês de julho e o início do mês de agosto. Em resposta às afirmações do senador, o chefe de polícia Ricardo Amorim escreveu um telegrama ao referido político, este telegrama foi reproduzido no Tribuna Popular. Argumentou o chefe de polícia:

<Manaos, 29 de julho de 1935. – Senador Cunha Mello – Senado – Rio. Caravana A.N.L. dissolveu-se Belem consequência decreto Governo Federal PT Seus membros vieram Manaos por não ter recursos subsistirem Belemvg aproveitando passagens que haviam comprado PT sabedor vinda providenciei prohibidiquaesquer manifestações agrado ou desagrado vg reuniões comícios públicos pt Respeitaram ordens intransigentemente pt Allegaram não ter recursos voltar Campos Salles pt Verdade ou não seria isso pretexto ficarem aqui por tempo indefinido creando situação intranquilidade pt Nestas condições forneci passagens até Belemvg primeiro porto navegação directavg fazendo-os voltar mesmo vapor vg libertando população suas apprehensõespt Meu acto muito louvado todas pessoas sensatas pt meia dúzia integralistas exaltados e elementos opposição não ficaram satisfeitos vg queriam violências incompatíveis regimemconstitucionalpt Decreto Governo integralmente executado conforme comunicação que fiz Felinto Muller certamente por este transmittido Ministro Justiça pt CONHECEDOR COMO EU NOSSA TERRA SABE QUE ATTITUDES EXTREMISTAS AQUI CARECEM IMPORTANCIA pt (ilegível) comunicação não para merecer seu favor mas para reclamar devida justiça pt Saudações Ricardo Amorim <Chefe de policia> (Tribuna Popular, Manaus, 5 ago. 1935).

Ao reforçar suas acusações, o senador Cunha Mello respondeu ao chefe de polícia por meio de um telegrama publicado no Jornal do Commercio e reproduzido pelo Tribuna Popular, dizendo que:



<Accuso o seu telegramma sobre a minha entrevista relativa ás atividades ahi, da caravana da Alliança Libertadora. Nesse telegramma frisa não pretender favor meu e apenas reclamar a devida justiça. E' inútil a advertencia. Bem sei que na sua actual e poderosa posição não precisa de favores meus. Poderia fazer-lhe justiça si fossem verdadeiras suas informações. Não me deixei levar, como pensa, por meia duzia de exaltados integralistas ou elementos da opposição uns e outros por si considera os insensatos. Sua affirmativa de dissolução da caravana em Belem, antes de chegar á Manaós, é infiel, POIS AINDA AGORA DE VOLTA DE MANAÓS, requereu um <habeas corpus> A Côrte de Appelação do Pará a fim de fazer sua propaganda. Informando o <habeas-corporis o seu collega de Belem refere-se áaccção da caravana no Amazonas, TENDO AFFIRMADO QUE, NA DESCIDA DO RIO AMAZONAS, PREGOU IDEAS SUBVERSIVAS. Taes informações estão publicadas nos jornaes daqui. É incrível que a caravana estivesse em Manaos sem recursos, siquer para adquirir passagens de volta. A CARAVANA AHI FEZ PROPAGANDA, INSTALLOU SEDE, ELEGEU PRESIDENTE JULIO VIANNA, RECEBEU ADHESÕES [...] (Tribuna Popular, Manaus, 5 ago. 1935).

Na realidade, a caravana da ANL realizou duas reuniões em Manaus, não realizou um comício no Largo São Sebastião devido ao policiamento ali montado, não elegeu como presidente Júlio Vianna, este já estava eleito desde o início do mês do julho (e, inclusive, já havia renunciado) e também não instalou sede.

Essa querela envolvendo dois dos principais representantes políticos do Amazonas, ao nosso ver, tem ligação com a ruptura do governador com o PSA. Visava diminuir o prestígio de Álvaro Maia frente ao eleitorado, mas também minar o prestígio do governador junto a Getúlio Vargas e, conseqüentemente, render dividendos ao senador. Cunha Mello tentou se utilizar da rentável indústria do anticomunismo, ou seja, tentou manipular e explorar o “perigo vermelho”, de forma que rendesse vantagem para si. Dessa forma, para Sá Motta,

[...] (o) aproveitamento político da indústria do anticomunismo, uma dimensão importante a analisar é a atuação de lideranças políticas que exploravam o tema em busca de notoriedade, popularidade e votos. Sem nenhuma dúvida, havia anticomunistas convictos, indivíduos que realmente acreditavam na existência do perigo e agiam em consonância com esta crença. Podem até ser chamados de tolos ou fanáticos, mas no seu caso não se aplica o adjetivo “manipuladores”. Seu conservadorismo era sincero. Porém, em se tratando do anticomunismo, o oportunismo político foi uma prática bastante corrente (Motta, 2000, p. 2012).

O ataque ao governador do Amazonas rendeu poucos frutos ao senador Cunha Mello, pois este não conseguiu diminuir o eleitorado do seu revés, nem a força do seu novo partido. Dessa forma, as eleições que se seguiram deram ampla vitória ao PPA. O prestígio de Álvaro Maia junto a Getúlio Vargas também não foi abalado, tendo este permanecido à frente do governo até 1937, quando houve a instalação do Estado Novo, tendo sido demitido do cargo, mas logo empossado novamente como interventor, ficando



à frente do governo até 1945, ou seja, durante toda a vigência do Estado novo.

As eleições de agosto, setembro e novembro de 1935

As eleições para vereadores de Manaus e para deputados federais foram marcadas pelas querelas entre Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Álvaro Botelho Maia. Como vimos Cunha Melo em entrevistas dadas a jornais de São Paulo e Rio de Janeiro acusava Maia de “comunista”, enquanto Maia era defendido por correligionários na imprensa amazonense.

O pleito para vereadores de Manaus foi realizado dia 31 de agosto e participaram da disputa o Partido Popular Amazonense com a legenda “Pró-Amazonas, com Álvaro Maia”, o Partido Socialista Amazonense, que formou a Frente Unificada Parlamentar e participou da eleição com a legenda “Pelo Amazonas Redimido”; outras legendas participantes foram “Ordem e Progresso”, “Integralismo”, “Trabalho, ordem e liberdade”, além de avulsos e sem legendas.

A campanha para vereadores iniciou em agosto de 1935 e por meio do periódico Tribuna Popular foi possível observar vários atritos entre os pleiteantes. Entre esses embates houve muitas ironias. Por exemplo, a legenda “Pró-Amazonas, com Álvaro Maia” satirizava a Frente Unificada Parlamentar chamando-a de “Frente Unificada parlamentar”, dizia uma nota: “a Frente UnicaP’ra Lamentar anda mesmo sem sorte. Até a sua chapa para vereadores ficou tão mal organizada que somos forçados a ... lamentar”. A nota continuava criticando os candidatos da Frente Única, qualificando negativamente todos eles (Tribuna Popular, Manaus, 30 de ago. 1935).

Ao final do pleito foram eleitos: Lucano Antony (PPA), Luiz Almir do Valle Correa (PPA), Oscar Costa Rayol (PPA), Augusto Cesar Fernandes (PPA), Cursino Dias da Gama (PPA); Azemar Damasceno Couto (Frente Única Parlamentar), Sergio Rodrigues Pessoa (Frente Única Parlamentar). Os suplentes foram: Lourenço da Silva Braga (PPA), Francisco Rebelo de Souza (PPA); Joaquim Botelho Cabral (Frente Única Parlamentar), Eduardo Pinto de Almeida (Frente Única Parlamentar), Francisco Julião de Aguiar (Frente Única Parlamentar), João Vianna de Araújo e Luiz Gonzaga Palmeira (Frente Única Parlamentar) (Tribuna Popular, Manaus, 16 set. 1935). Observa-se, neste pleito, uma pujante vitória do PPA.

Como os deputados federais eleitos pelo PSA Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta foram eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa do Amazonas para o mandato de senadores em 4 de fevereiro de 1935, e Álvaro Maia, eleito



também indiretamente a governador do estado, foi definida uma nova eleição para o dia 7 de setembro de 1935 a fim de eleger novos deputados federais.

Tanto na eleição para vereadores como para deputados federais a Liga Eleitoral Católica (LEC) apoiou os candidatos do PPA. A LEC publicou, inclusive, no Tribuna Popular (Manaus, 03 set. 1935) o seguinte comunicado destinado ao eleitorado católico: “1 – A Junta Estadual incluirá na lista dos candidatos recomendados aos seus eleitores a chapa integral do Partido Popular Amazonense, constituída dos srs. Luiz Tirelli, Antovilla Rodrigues Mourão Vieira e Alexandre Carvalho Leal”.

O apoio da LEC e o voto católico também geraram debates na imprensa amazonense, em especial, acusações contra os candidatos da Frente Única, dizia um dos textos:

A sua chapa federal está composta de catholicos de ultima hora, catholicos por conveniencia. O sr. Leopoldo Peres, então, fez questão renhida de fazer parte da lec, afim de melhor tapear os crentes. Este anno, apesar de haver-se esquecido ha muito tempo, fez uma comunhão [...] (Tribuna Popular, Manaus, 31 ago. 1935).

Em outro texto atacavam o deputado Aristides Rocha: “O sr. Aristides Rocha é, pelo que se vê, o maior e mais fervoroso catholico, porém, só ás vespervas do pleito” (Tribuna Popular, Manaus, 2 set. 1935). Observa-se, nesse ínterim, a importância do voto católico, além de demonstrar que as eleições foram demasiadas disputadas nas urnas e na imprensa.

Saíram vencedores do pleito do dia 7 de setembro de 1935: Luiz Tirelli (PPA), Aluysio Araújo (PSA) e Alexandre Carvalho Leal (PPA). Para Pio Junior (2015, p. 82), “evidencia-se, por estes números, que o estabelecimento do Partido Popular Amazonense dera resultados expressivos a seu grupo e que as divergências teriam sido, neste período de instalação, controladas”. Após a eleição, dois candidatos derrotados da Frente Única Parlamentar (Leopoldo Péres e Júlio Lima) impetraram um processo no Supremo Tribunal Eleitoral pedindo a nulidade da chapa do PPA, sob a alegação que esta chapa burlou o Código Eleitoral, colocando três nomes na lista e na cédula de votação e não apenas um como pedia o referido Código. Em meados de 1936, no entanto, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido, confirmando a posse e a diplomação dos candidatos Luiz Tirelli e Carvalho Leal do PPA (Tribuna Popular, Manaus, 13 jan./3 fev. 1936).

Após as eleições para vereadores e deputados federais, permanecia o impasse sobre a eleição das representações dos trabalhadores. Na Assembleia Estadual Constituinte, não houve debate sobre o tema e o desenrolar dessa questão se deu por todo



o ano de 1935, levando o desembargador Arthur Virgílio, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, a enviar o seguinte telegrama ao Superior Tribunal Eleitoral:

O Boletim Eleitoral número 77, de 11 de julho de 1935, publicou instruções para as eleições das representações profissionais nas Assembleias Estaduais, aprovadas por esse Egregio Tribunal, o qual só chegou aqui em princípio deste mês, tendo iniciado ontem a publicação no Diário Oficial do Estado. A Constituição Estadual, promulgada dia 2 de junho deste ano, não estabeleceu, nem determinou classes a serem representadas [...] pede os Doutos suplementos ao Tribunal Superior, visto tratar-se caso omissis nas ditas instruções (Tribuna Popular, Manaus, 19 ago. 1935).

Em resposta, o Tribunal Superior Eleitoral afirmou que o Tribunal Regional Eleitoral não tinha competência para fixar uma data para a eleição de representantes profissionais, visto que não havia lei aprovada pela Constituição Estadual que tratasse do tema (Tribuna Popular, Manaus, 19 ago. 1935). Observamos que a solução do impasse se deu entre os dias 18 e 25 de novembro de 1935, quando a Tribuna Popular noticiou a eleição de seis representantes classistas à Assembleia Estadual do Amazonas.

As classes que foram representadas na Assembleia Legislativa foram: indústria, comércio, transporte, funcionários públicos e profissões liberais. Pelo grupo dos industriais, foi eleito Francisco Caetano de Andrade, tendo como suplente José Alves Lima. Pelos grupos dos comerciantes e transporte, foram eleitos Alphen Thaumaturgo de Barros e Arthur Ramos Pinto, como suplentes foram eleitos João Soares Pereira e Genuino Baptista de Lyra. Pelo funcionalismo público, foi eleito Gersino Braga, tendo como suplente Antonio Lopes Barroso. Para a representação dos profissionais liberais, foi eleito José Carlos Nobre da Silva. Entre os eleitos, 4 eram do PPA, a saber, Gersino Braga, José Carlos Nobre da Silva, Alphen Thaumaturgo de Barros e Francisco Caetano de Andrade (Tribuna Popular, Manaus, 18 nov./ 25 nov. 1935).

Essas disputas eleitorais apontam para o poder político-eleitoral que o partido de Álvaro Maia e Luís Tirelli possuía. Em três eleições em que o PPA participou, venceu todas. Isso demonstra que Álvaro Maia conseguiu a maioria na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Manaus; contava, ainda, com dois deputados federais e um senador. Talvez, o PPA tivesse neste momento conseguido ser o mediador e tradutor dos anseios da população, como disse Berstein, dando as respostas às quais a sociedade almejava.

Por fim, após tantas mobilizações eleitorais, em novembro de 1935, estourou a chamada “Intentona comunista”, e em resposta aos levantes o governo federal decretou



em todo território nacional o Estado de Sítio¹⁰⁵. Esta foi apenas a primeira medida do governo federal visando a interrupção das atividades subversivas e também foi o início de um período de quase dois anos em que o país ficou com os seus direitos constitucionais suspensos.

O Estado de Sítio foi posto em vigor pelo decreto n. 657 de 26 de novembro de 1935. Este tinha prazo de 30 dias, ou seja, duraria até 26 de dezembro de 1935. No entanto, este prazo foi prorrogado por mais 90 dias, através do decreto n. 532, de 24 de dezembro, que somado à emenda n. 1 da Constituição, possibilitava ao Presidente da República declarar o Estado de Guerra. Assim, acabando o prazo do Estado de Sítio, no dia 21 de março de 1936, por meio do Decreto n. 702, Getúlio Vargas decreta o Estado de Guerra. Este se arrastou até o dia 18 de julho de 1937, sendo retomado em outubro de 1937.

Outras querelas e reunificação

As querelas envolvendo o governador do estado Álvaro Botelho Maia e o senador da república Leopoldo Tavares da Cunha Mello cessaram em meados de 1936, quando ocorreu no Amazonas uma nova aliança política que mais uma vez demonstrou a complexidade do jogo político na década de 1930. Os aliados de outrora, rivais até então, mais uma vez se reaproximam e passam a articular a política amazonense juntos. Luiz Tirelli se afastou do governador e o PPA, fundado em 1935, desmembrou-se.

A primeira notícia sobre a nova configuração política no Amazonas foi dada pelo deputado federal Alfredo Augusto Ribeiro Junior que, em uma entrevista ao Correio do Norte (entrevista essa reproduzida pelo O Jornal¹⁰⁶), falou:

Segundo está, amplamente, vulgarizado, ter-se-ia assignado em Manáos, uma acta de “acordo político para estabelecer um ambiente de pacificação, etc, etc, etc. [...]

¹⁰⁵ “Com a expressão “Estado de sítio” se quer geralmente indicar um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública, criado por determinação da autoridade estatal ao atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas e ao estabelecer as adequadas restrições à liberdade dos cidadãos. BALDI, Carlo. Estado de Sítio. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 413.

¹⁰⁶ O *Jornal* era de propriedade do senhor Henrique Acher Pinto. Foi lançado em outubro de 1930 e se autodenominava “vespertino independente, de propriedade, direção, responsabilidade e gerência de H. Acher Pinto”, era vendido a 200\$ réis e sua redação, gerência e oficina localizava-se na avenida Eduardo Ribeiro, número 556. É interessante mencionar que o Aristophano Antony, proprietário do *A Tarde*, foi secretário d’O Jornal antes de fundar seu próprio periódico. No aniversário de seis anos foi publicado um texto o qual afirmava “com o nosso programa de jornal independente, sem tergiversações ou tibiezas, temos sido, na vanguarda do jornalismo regional, a sentinella avançada na defeza dos interesses amazonenses [...]” (O jornal, Manaus, 30 out. 1936). Em seu conteúdo são perceptíveis a denúncia aos jogos de azar e a associação à ala conservadora da sociedade.



Preposto instruído e disciplinado por S. Excia., seguiu para Manáos o deputado Aluysio de Araujo, a quem – como é sabido na camara dos Deputados – o bravo senador (Leopoldo Tavares Cunha Mello) “deu posse, como seu deputado”. O sr. Aluysio de Araujo, em breve tempo, dava ao seu chefe e senhor o resultado dos “seus” entendimentos com o sr. Alvaro Maia. Claro que todos esses devotados preparadores do “ambiente de pacificação no Estado” suppunham que eu ignorasse as suas iniciativas, os seus arranjozinhos e as suas deliberações (O Jornal, Manaus, 15 maio 1936).

Após o acordo firmado, o deputado afirmou ter sido convidado para participar do diretório de um “partido pacifista e tranquilizador”, tendo este se recusado e enviado para o seu correligionário, deputado estadual Philadelpho de Moraes, um despacho com a seguinte mensagem:

Peço declarar Aluysio inconsiderar proposta conciliação vista clausula suas preparadas segredo polichinelo collidirem minha dignidade pessoal política jamais deixei disposição quem quer que seja mostre estes amigos lembranças affectuoso abraço (O Jornal, Manaus, 15 maio 1936).

O segundo a abordar esse acordo com certa indignação foi o deputado federal Luiz Tirelli:

A sessão de hontem, no Palacio Tiradentes, foi das mais movimentadas dos últimos tempos. Chegou haver tumulto. Na primeira parte da ordem do dia ventilou-se entre os representantes amazonenses, a questão do accordo político recentemente processado em Manáos. Os sr. Luiz Tirelli, subindo á Tribuna, atacou, com vehemencia, o referido accordo, que foi defendido pelo sr. Carvalho Leal. O sr. Ribeiro Junior aparteia com insistência. Em dado momento, este deputado, voltando-se para o sr. Carvalho Leal, declarou não ter o mesmo physico para ele [...] (O Jornal, Manaus, 23 maio 1936).

O acordo firmado não era interessante para Luiz Tirelli, que perderia força política no estado do Amazonas, assim como no Rio de Janeiro, deixando de ser assim o homem responsável na relação entre Getúlio Vargas e Álvaro Maia. Outra perda para o deputado federal ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado, pois um importante aliado, o deputado Vivaldo Lima, rompeu com Tirelli e passou a seguir Álvaro Maia.

Com a nova configuração política do Amazonas e o fim do PPA, o PTA se reorganizou, em agosto de 1936, visando o biênio 1936-1938. O partido voltou a se chamar Partido Trabalhista Amazonense (PTA) e não mais Partido Popular Amazonense (PPA), seu diretório passou a ser composto por: deputado federal Luiz Tirelli (presidente); deputado estadual Felismino Soares (vice-presidente); deputado estadual Antônio Vasconcellos (secretário); deputado estadual Caetano de Andrade (secretário); deputado estadual Alphen Thaumaturgo de Barros (tesoureiro). Os membros e Comissão Executiva: deputado estadual Ary Tapajós Chan, Carlos Nobre, Rosa Ramalho, João Soares, Vivaldo Tosta, Cincinato de Araújo, J. da Matta e Silva e José Alves de Lima (O Jornal, Manaus, 4 ago. 1936).



Ainda na referida reunião, foram votadas e aprovadas duas moções: uma moção de apoio e solidariedade a Getúlio Vargas e uma moção de aplausos ao deputado Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, pela atitude assumida em defesa de Luiz Tirelli na Câmara Federal, e pela defesa do Amazonas na capital federal (O Jornal, Manaus, 4 ago. 1936).

O PSA, nesse contexto, obteve o retorno da corrente Radical Socialista em suas fileiras e reorganizou sua diretoria. Não conseguimos captar o exato dia em que este se reformulou, mas, por meio do seu órgão oficial, O Socialista¹⁰⁷, vemos que seu diretório ficou assim composto: governador Álvaro Maia (presidente); senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello (vice-presidente); deputado estadual João Nogueira da Matta (secretário); deputado estadual Manoel Severiano Nunes (secretário); deputado federal Aluysio de Araujo (secretário); deputado estadual Aristides Rocha (secretário); deputado federal Alexandre Carvalho Leal (secretário). Os suplentes: prefeito de Manaus, Antonio Botelho Maia; deputado estadual Armando Madeira; deputado estadual Ananias Celestino de Almeida; Pedro Severiano Nunes; Ernesto Pinto; Gercino José Tavares de Mello e deputado estadual João Baptista Verçosa (*O Socialista*, Manaus, 10 nov. 1936).

O PSA em ação

Nesse período de rearranjos políticos, um dia após a reorganização do PTA, aconteceu um fato curioso: o deputado estadual Vivaldo Lima, sob alegação de tratar de assuntos particulares e conseguindo a assinatura de 2/3 dos deputados, solicitou uma sessão secreta na Assembleia Legislativa do Amazonas, sendo concedida pelo então presidente, deputado Armando Madeira. Com isso, todos os funcionários da Assembleia Legislativa (taquigráficos) e a imprensa foram retirados do recinto e, por isso, nenhum jornal divulgou o conteúdo debatido na reunião secreta (O Jornal, Manaus, 5 ago. 1936).

O motivo da reunião foi revelado apenas no dia 11 de outubro quando O Jornal publicou um documento escrito pelo governador Álvaro Maia dando detalhes de uma viagem de dois meses à capital federal para resolver questões do interesse do estado do Amazonas. O interessante deste texto é que demonstra na prática como passou a funcionar a nova configuração política do Amazonas e quais os membros do PSA passaram a ter

¹⁰⁷ O Socialista era o órgão do PSA, foi fundado em 27 de outubro de 1935 e tinha como diretor Gercino José Tavares de Mello, primo do senador Cunha Mello. Seu redator e secretário era o vereador Azemar Damasceno do Couto. Sua redação e oficina ficava na rua Barroso, n. 133. Dentre os periódicos aqui elencados, *O Socialista* é o jornal que menos temos informações. Em nosso rol de fontes consta apenas duas edições, no entanto, sabemos que em 1936, no segundo ano de existência, ele possuiu 85 edições.



mais destaque junto ao governador e ao presidente Getúlio Vargas.

O texto iniciava assim:

Volvidos dois meses, venho desobrigar-me perante o povo amazonense, por intermédio de V. Excia., que lhe norteou a administração nesse interregno, dos compromissos assumidos a 27 de julho, na exposição lida neste mesmo local, no momento em que me afastava do governo, em viagem para o Rio de Janeiro, a objecto de serviço publico, de accordo com o artigo 1º da Lei n. 14, de junho, em combinação com Lei n. 9, de 31 de dezembro de 1935, da Assembleia Legislativa.

Demonstrava, nos itens II, III, IV, V, VI, os motivos principaes dessa viagem, venho responder-os um a um, ou seja, além de outros, os assumptos referentes a indemnização da União ao Estado pela incorporação do Acre ao Território Nacional, as preliminares da questão de limites com o Estado do Pará, a dívida do Estado para com o Banco do Brasil e questões de educação e saude publicas (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

Na ausência do governador do estado, o deputado estadual padre Manuel Monteiro da Silva assumiu suas responsabilidades. A reunião secreta foi realizada na assembleia legislativa com objetivo de aprovar um recurso para manter o governador na capital federal, para que tratasse dos assuntos mencionados – 100:000\$000 (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

A primeira pauta que o governador tratou no Rio de Janeiro foi a questão da incorporação do Acre ao território nacional, cabendo para essa anexação, uma indenização aos cofres do estado. Ao chegar à capital federal, com autorização do presidente Getúlio Vargas, o governador do Amazonas procurou o ministro da fazenda Arthur Costa. Este, por sua vez, encaminhou-lhe para o Ministério da Justiça, comandado por Vicente Rao, pois era nesse ministério que o governador poderia iniciar o processo.

Assim, o governador procurou um senador que pudesse representar o Amazonas. Leopoldo Tavares da Cunha Mello não poderia ser o representante, já que seu voto no senado seria necessário em hora oportuna. O designado foi o senador Antônio Garcia de Medeiros Netto, enquanto, pela União, o Ministro da Justiça designou Raul Fernandes. Entre os dois representantes, foi escolhido um terceiro, Affonso Pena Junior, para desempatar as deliberações em caso de discordâncias.

No dia primeiro de setembro, foi lavrada a ata com os termos da conferência e com os nomes que iriam participar dos debates. O item 3 da ata chama atenção, pois fixa em um ano a conclusão da decisão arbitral, demonstrando interesse que se resolvesse brevemente a questão. Outro ponto que chama atenção são os assinantes do documento. Além do governador Álvaro Maia e do ministro Vicente Rao, subscreveram alguns nomes do PSA, tais quais: Leopoldo Tavares da Cunha Mello, Alfredo Augusto da Matta, A. Carvalho Leal, Aloysio de Araújo, Maria Miranda Leão, além do deputado Aristides



Rocha, antes do PRA e que neste momento se uniu ao clã do governador (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

Cada um dos políticos mencionados teve uma incumbência durante a viagem. O senador Cunha Mello, por exemplo, auxiliou Álvaro Maia no processo da indenização para o Amazonas. O governador, junto com Deoclydes Carvalho Leal, diretor do serviço de saúde pública do estado, visitou o Instituto Manguinhos e, conversando com o professor Carlos Fontes, diretor do instituto, articularam serviços de coletas de material no Amazonas para o estudo de doenças tropicais. Maria Miranda Leão representou o Amazonas no Congresso Feminino. Discursando na abertura do congresso, a deputada falou sobre “o programma constructor da mulher amazonense”. O deputado Carvalho Leal apresentou um projeto na Câmara Federal para a instalação de redes radiográficas nos municípios de Carauari, Moura, Barcelos, Canutama, Silves, Urucurituba e Barreirinha (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

Evidencia-se, neste ínterim, que a nova organização política no Amazonas colocaria novamente os deputados e senadores do PSA como grandes articuladores da política amazonense, tendo a maior bancada na Assembleia Legislativa do estado, além de dois deputados federais, Aloysio de Araújo e Alexandre Carvalho Leal, e dois senadores, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo da Matta, além do governador do estado.

No sentido contrário, percebemos o enfraquecimento significativo do PTA, que perdeu adesão importante na Assembleia Legislativa, deixando de ser maioria (quando era PPA) e se tornando minoria na casa. O deputado Luiz Tirelli ficou isolado na Câmara Federal, costurando, neste período, um acordo com o deputado Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, que também estava isolado, pois não aceitou compor o acordo de pacificação no estado (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936). Fruto do acordo entre Tirelli e Ribeiro Junior, evidenciou-se com mais clareza, em 1937, quando o PTA e PRRA declararam apoio à candidatura de Armando de Salles à Presidência da República.

O PSA frente à eleição de 1938

Em meados de 1937, iniciou-se a campanha eleitoral visando à Presidência da República. O mandato de Getúlio Vargas estava terminando e a eleição estava marcada para 3 de janeiro de 1938. Candidataram-se ao cargo: José Américo de Almeida (candidato da situação); Armando de Salles Oliveira (da oposição); e Plínio Salgado (líder da Ação Integralista Brasileira).



É importante mencionar que neste momento, após longo período de Estado de Guerra, o país voltou à “normalidade” democrática, no dia 18 de julho de 1937. Em 3 de junho de 1937, José Carlos de Macedo Soares assumiu o posto de Ministro da Justiça. Este, preocupado com o decorrer da disputa eleitoral, adotou medidas acreditando que pacificaria o ambiente político e ajudaria no clima harmônico da campanha. Por isso, passou a visitar os prisioneiros, presos devido aos levantes de novembro de 1935 e logo após ordenou a soltura de 308 presos sem culpa formada que estavam detidos na Capital Federal, assim como, transmitiu a mesma ordem aos estados (Dulles, 1979, p. 110).

No Amazonas, as três candidaturas tiveram adesão. Os integralistas realizaram uma eleição interna para decidir quem seria o candidato do Sigma, fizeram campanha de alistamento eleitoral, mas sofreram baixas importantes durante os meses de junho e julho de 1937. No entanto, ainda em julho retornou ao Amazonas uma importante liderança, o professor Jayme Pereira.

O candidato da oposição, Armando de Salles, foi apoiado pelo PTA e pelo PRRA, os quais no dia 04 de junho de 1937, publicaram o seguinte documento:

Manifesto

[...] os Partidos Trabalhista Amazonense e Radical Republicano como partes integrantes do povo brasileiro, de trabalhar pelo progresso e engrandecimento da nossa nacionalidade, procuram selecionar, dentre os mais dignos, aquele dos nossos conterrâneos, que, por suas qualidades Moraes, por seus predicados de estadista, estivesse na altura, dentro dos anseios e da oportunidade nacionais de desempenhar o mais alto posto na administração da nossa Pátria. Auscultando a verdadeira opinião popular, numa demonstração eficiente e cabal de máximo respeito às suas tradicionais diretrizes, resolverem os Partidos Trabalhista Amazonense e Radical Republicano Amazonense sufragar nas urnas, no 3 de janeiro de 1938, para ocupar o elevado cargo de Presidente da República, o nome do insigne brasileiro, Dr. Armando de Salles Oliveira [...] (A Tarde, Manaus, 04 jun. 1937).

Para defender o programa dessa candidatura, organizar e propagandear seus ideais, inaugurou-se em Manaus, no dia 23 de julho de 1937, a sede da União Democrática Brasileira (UDB). O deputado federal Luiz Tirelli foi o principal orador do evento e segundo o jornal A Tarde,

O acto, que teve carácter solemne, compareceram vários deputados, jornalistas, o capitão José Figueiredo Lobo, numerosas pessoas gradas e vultoso numero de adeptos da candidatura do sr. Armando de Salles Oliveira á presidencia da Republica (A Tarde, Manaus, 24 jul. 1937).

Por meio do A Tarde¹⁰⁸ também foi possível observar as diversas viagens de Luiz

¹⁰⁸ O jornal *A Tarde* se autodenominava “Independente e noticioso. O arauto das aspirações populares”. Seu lançamento se deu em fevereiro de 1937, era de propriedade de Aristophano Antony, o qual era pertencente a uma família tradicional do Amazonas. O jornal geralmente possuía 4 páginas e sua assinatura



Tirelli aos municípios do interior do Amazonas para arregimentar os apoiadores de Armando de Salles, assim como, promoveu comícios nos bairros de Constantinopla e São Raimundo (Manaus).

O Partido Socialista Amazonense, por seu turno, divulgou um documento no dia 05 de junho de 1937:

Manifesto

O PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE, representando pelo Directorio abaixo assinado, vem apresentar aos sufrágios do Eleitorado o nome insigne do doutor José Americo de Almeida para suceder ao eminente senhor Getulio Vargas no quatrienio presidencial que se inicia aos 3 de maio de 1938 e termina a 3 de maio de 1942.

Na Convenção Nacional de 25 de maio, realizada na Capital da Republica, com a presença de representantes dos partidos politicos e organizações profissionaes de todos os Estados da Federação, os Delegados do Governo do Estado e das forças políticas situacionistas do Amazonas – Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Deputado Alexandre de Carvalho Leal como nossos mandatarios, hipotecaram o apoio e votos do Amazonas ao eminente brasileiro, portador de todos os requisitos exigiveis ao alto posto de primeiro magistrado da Nação (A Tarde, Manaus, 05 jun. 1937).

Sobre essa candidatura deram entrevista ao jornal A Tarde o Senador Cunha Mello e o governador Álvaro Maia. O senador exaltou José Américo dizendo que ele é uma “figura marcante da revolução de 1930, chamado a um alto pôsto do Governo Provisorio, foi, nesse cargo, o sr. José Americo um grande administrador, revelando as mais excelentes qualidades de character, inteligente e probidade” (A Tarde, Manaus, 30 jun. 1937). Já o governador Álvaro Maia em apoio ao candidato disse: “[...] reafirmo novamente, como cidadão, essa sympathia e solidariedade ao brasileiro ilustre, cujo espirito, escandido nas forjas nordestinas, arde nesse perpetuo nacionalismo que synthetiza um ideário de governo” (A Tarde, Manaus, 05 jul.1937).

Para a divulgação da campanha de José Américo de Oliveira foi inaugurado o Comitê Pró-José Américo em Manaus, na rua Barroso, n. 133, que tinha como responsável Antovilla Rodrigues Mourão Vieira (A Tarde, Manaus, 25 out. 1937). Além do comitê oficial, foram fundados outros dois comitês de caráter acadêmico. O primeiro, do curso de Direito, o qual aderiram os estudantes do Ginásio Amazonense Dom Pedro

custava anualmente 50\$000 réis e mensalmente 35\$000 réis. Sua redação e oficina localizavam-se na rua Henrique Martins, nº 65, esquina com a rua Lobo D'amalda. Em seu lançamento o jornal se posicionou dizendo “seremos o jornal para todos os lares [...], mas, irrectutiveis nos mostraremos, ao lado das instituições e da ordem estabelecida, no bom combate ás ideologias estrangeiras que ameaçam destruir os alicerces do Brasil, nesta phaseelectrizante de nossa existência politica-social” (A Tarde, Manaus, 19 fev. 1937).



II, da Escola de Agronomia, Farmácia e Odontologia, além do curso pré-jurídico.¹⁰⁹ O segundo, foi o Comitê dos Acadêmicos de Odontologia e Farmácia Pró-José Américo, o qual ficou composto por: Ruy Brasil Cantanhede (presidente); Wilson de Carvalho Oliveira (vice-presidente); José Bentes de Faria (secretário geral) (A Tarde, Manaus, 07 ago. 1937).

Concomitantemente à eleição para presidente da república, iriam ocorrer eleições para deputados federais e senadores. No entanto, até o golpe de 10 de novembro nenhum nome ou chapa estava confirmado para essas disputas, eram publicadas na imprensa apenas muitas especulações.

A campanha eleitoral ocorria tranquilamente no Amazonas, observamos por meio das fontes que os radicais-trabalhistas, aderentes da candidatura de Armando de Salles, estavam mais ativos nesse processo, como já dito, viajando aos municípios do interior, promovendo comícios e abrindo posto de inscrição eleitoral. Os membros do PSA publicaram o manifesto em apoio a José Américo e montaram comitês. É perceptível também que havia desacordos entre os membros do PSA e os membros do Clube 3 de Outubro, além disso, percebe-se a inócua participação de Álvaro Maia e Cunha Mello no decorrer da campanha.

Quando a campanha presidencial se afunilou, veio à tona o Plano Cohen.

Em fins de setembro (de 1937), alguns altos oficiais do Exército “descobriram” muito convenientemente uma “trama do Comintern”, o chamado “Plano Cohen” para o “assassinato de membros do governo”, “incêndio de edifícios” e “captura de reféns” (Dulles, 1979, p. 134).

Na verdade, era um plano fajuto para justificar a decretação de um novo Estado de Guerra (aprovada em outubro) e, posteriormente, a implantação de um novo golpe dado por Getúlio Vargas para impedir a realização da eleição e assim permanecer no poder.

Nesse ínterim, em fins de outubro, ocorreu um fato curioso. O deputado Francisco Negrão de Lima (da bancada mineira) viajou ao Amazonas para fazer tratativas com Álvaro Maia, o conteúdo da reunião não foi informado à imprensa. Ao chegar no Amazonas, o repórter do A Tarde questionou o deputado mineiro: “viagem política, doutor?”. E este respondeu “menos por isso. Mais para apreciar a paisagem” (A Tarde, Manaus, 29 out. 1937). A visita do deputado causou rumores na cidade e disse um observador político à coluna “Fatos & Palpites” do A Tarde que “[...] a <negrada> ficou

¹⁰⁹ O Comitê ficou, assim, organizado: - Presidente: Nicodemus Braule Pinto; vice-presidente: - Paulo Jobim; 1. Secretário: - Benjamin Brandão; 2. Secretário: - Paulo Pinto Nery; Tesoureiro: - Antonio José Pereira; Adjuncto: - Jauary Marinho; Chefe de seção eleitoral: - Wuppschiander Lima.



de pulga á orelha com a visita sedativa do grande prócer. O sr. Negrão para a <negrada> só teve sorriso e phrases parabólicas, conversando e desconversando, como todo bom mineiro” (A Tarde, Manaus, 30 out. 1937).

Por fim, dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas com apoio das Forças Armadas dissolveu a Câmara e o Senado Federal, promulgou uma nova Constituição e iniciou a ditadura do Estado Novo, a qual durou até 1945.

Com o advento do Estado Novo, Vargas cassou todas as organizações partidárias do país. O vespertino A Tarde publicou a Portaria n. 416, baixada pelo Chefe de Polícia do Estado, Ruy Araújo, que, obediente à recomendação vinda da Polícia do Distrito Federal e embasado na lei, recomendava ao delegado de Segurança Política e Social de Manaus:

I- Que providencie no sentido de serem imediatamente dissolvidos os partidos políticos existentes nesta capital e notificados os presidentes, directores ou responsáveis pelas associações, gremios, clubes ou quaisquer aggreiação ou conjuntos dessa natureza a fecharem as suas actividades, ficando terminantemente prohibido o uso pessoal dos distinctivos e insígnias das de ates aggreiações. II- Que determine todos os seus subalternos rigorosa fiscalização as sedes dos extinctos partidos políticos<SOCIALISTA>, <UNIÃO DEMOCRÁTICA>, <CLUB TREZ DE OUTUBRO>, (ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA), <RADICAL REPUBLUCANO> e <CENTRO PATRIANOVISTA> para não consentirem que se realizem reuniões ou ajuntamentos devendo permanecerem fechadas, sem escudos, placas ou symbols nas respectivas fachadas, até então usadas [...] (A Tarde, Manaus, 6 dez. 1937).

Este foi o fim do Partido Socialista Amazonense e de todos os partidos políticos mencionados neste artigo. Eles não retomaram suas atividades ao fim do Estado Novo, apesar de que muitos dos seus membros continuariam suas vidas políticas com a redemocratização.

Considerações finais

O PSA, como visto, foi um agente de suma importância na conjuntura política da década de 1930, no Amazonas. Era um partido de cúpula, suas principais lideranças eram figuras das classes médias e/ou abastadas do Amazonas, portanto, faziam uma política “de cima”, das elites.

Apesar da breve vida política, o PSA obteve grande êxito eleitoral ao eleger deputados estaduais, deputados federais, senadores e o governador do estado. Os reveses do partido se deram quando Álvaro Maia saiu da agremiação, juntamente com sua corrente política (Radicais Socialistas), para fundar o PPA. Entretanto, esse desacerto durou pouco tempo,



pois em 1936, Maia retornou ao PSA e passou a articular a política amazonense novamente com Leopoldo Cunha Mello.

Em nível federal, o apoio do PSA à Getúlio Vargas foi percebido desde sua fundação, ele seria a representação tenentista no Amazonas, defensor da “revolução de 1930” e dos ideais desta. Em 1937, na campanha para sucessão presidencial, o partido apoiou José Américo de Almeida, porque ele representava a continuidade do governo de Getúlio Vargas e por ser um revolucionário de 1930. No entanto, em dezembro daquele ano, após a instalação do Estado Novo, os partidos políticos brasileiros foram extintos e o PSA teve fim, não retomando suas atividades no pós-1945.

Data de Submissão: 10/08/2023

Data de Aceite: 23/10/2023

Referências

BALDI, Carlo. Estado de Sítio. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis de seus programas. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. 2001. 325 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001.

DULLES, John W. Foster. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. p. 23-39.

GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. p. 429-487



MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. *In*: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017.

PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte**: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914). 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.

Fontes

A Tarde, Manaus (1937);

Jornal do Commercio, Manaus (1935-1937);

O Jornal, Manaus (1936);

O Imparcial, Rio de Janeiro (1937);

O Socialista, Manaus (1936);

Tribuna Popular, Manaus (1935-1936).